

GRANDE ACORDO

11 MAI 1988

O presidente do comitê dos bancos credores, William Rhodes, afirma que o acordo com o Brasil está muito perto e que será um "marco" na história da dívida. Por Moisés Rabinovici.

O presidente do comitê de bancos credores do Brasil, William R. Rhodes, admitiu que "estamos muito perto e podemos alcançar um acordo a qualquer momento". Outra fonte explicou que as garantias do Banco Mundial, exigidas pelos japoneses, e que paralisavam as negociações, estão sendo substituídas por um novo esquema, envolvendo co-financiamentos e financiamentos paralelos.

William Rhodes antecipou que o acordo com o Brasil será "um marco", como o foi a moratória. "Obviamente, é muito mais fácil declarar uma moratória do que sair dela. No entanto, estamos nos movendo nesta direção." Ele passou por alto sobre o papel do Banco Mundial no pacote, limitando-se a considerá-lo "o mais significativo e extenso do que em qualquer outro pacote, desde o que negociamos com o México em 1986. Ele vai conter co-financiamentos e financiamentos paralelos substanciais".

Co-financiamento é quando o Banco Mundial e os bancos comerciais participam de um mesmo projeto. Duas possibilidades levantadas ontem por uma fonte foram os empréstimos para os setores elétrico e agrícola, cada um de US\$ 500 milhões, e que estão sendo atualmente negociados. Já o financiamento paralelo é quando os bancos comerciais e o Banco Mundial desembolsam dinheiro simultaneamente, sem vínculos. Uma das possibilidades, aqui, seria o empréstimo para o combate a doenças endêmicas no Nordeste, incluindo-se a Aids, no valor de US\$ 109 milhões, e que o ministro Mailson da Nóbrega suspendeu, antes de assinar, em Washington, porque implicava a contratação de 141 novos funcionários. Este empréstimo será assinado no próximo dia 20 de maio. Outros dois, cada um de US\$ 300 milhões, para irrigação e agroindústria, poderiam também entrar no novo esquema.

Essa mesma fonte indicou que com os **exit bonds**, ou títulos de saída, através dos quais cerca de 400 pequenos e médios bancos sairiam do consórcio de credores do Brasil, "poderemos levantar até US\$ 600 milhões". Faltaria acertar ainda se será permitido vendê-los para multinacionais com subsidiárias brasileiras.

Os problemas ainda não solucionados, de acordo com essa fonte, são a cláusula de penhora liminar — em que ambos os lados se revelam inflexíveis —, a vinculação do pacote a um programa do FMI e a formalização dos esquemas de financiamento que substituiriam as garantias do Banco Mundial, contra as quais estão os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Inglaterra.

Um importante banqueiro ouvido no Departamento de Estado, durante o semi-

nário em que falaram ontem o embaixador do Brasil, Marcílio Marques Moreira, e o presidente do comitê credor, William R. Rhodes, repetiu que o acordo deve conter uma cláusula que permita aos bancos prenderem um confisco de bens brasileiros antes de uma decisão judicial, no caso de uma nova moratória. "Sem isto, não fechamos." Mas seu radicalismo foi minimizado por outra fonte: "São apenas alguns banqueiros que se mostram intransigentes", disse a fonte, prevendo para breve um acordo. O Brasil quer que seja necessário o apoio de metade dos credores, para que se inicie uma ação de penhora.

Em seu discurso no seminário sobre "Os próximos passos: políticas para a América Latina em 1990", o presidente do comitê dos bancos credores, William Rhodes, lembrou que "a moratória (do Brasil) foi um dos acontecimentos mais significativos da história da crise, agora quase com seis anos". Ela foi um dos importantes motivos para que os bancos criassem maiores reservas para cobrir seus empréstimos para os países menos desenvolvidos.

Rhodes considerou os resultados da moratória "uma lição muito clara", estimando que ela tenha custado ao Brasil, pelo menos, de US\$ 1 a US\$ 2 bilhões, incluindo a redução de juros que obteria mediante um reescalonamento, o cancelamento de algumas linhas de curto prazo e custo maior para as que foram mantidas, a perda de novos fundos de bancos multilaterais de desenvolvimento e de agências de crédito de exportação, o pequeno retorno que o País ganhou com suas reservas depositadas no BIS + — o banco central dos dados centrais, na Suíça — e a fuga de capitais.

O primeiro passo para acabar com a moratória foi dado em novembro, como Rhodes lembrou. O Brasil e os credores assinaram um acordo interino, e parte dos juros suspensos voltou a ser paga. Os juros do mês de março, atrasados, serão pagos quando ficar concluída a proposta de acordo que então rodará o mundo, entre os 700 credores brasileiros, em busca da adesão geral.

— Está em discussão algum empréstimo-ponte para o Brasil poder pagar os juros do segundo trimestre deste ano? (em torno de US\$ 1,2 bilhão) — perguntou o *Jornal da Tarde* a William Rhodes.

— Não estou inteirado disso. Pergunte ao embaixador do Brasil... — ele respondeu. (O embaixador Marcílio Marques Mo-



Rhodes: "o pacote mais significativo".

reira deixaria a questão no ar, quando lhe fizeram a pergunta).

— O superávit seria suficiente para pagar os juros? — perguntou outro repórter.

— Não vi ainda os números de abril — respondeu Rhodes.

Sobre as três questões pendentes — vinculação com o FMI, cláusula da penhora liminar e o papel do Banco Mundial —, ele não quis entrar em detalhes. Mas disse que o Brasil está pretendendo um acordo **stand-by** com o FMI, de 18 meses, no valor de US\$ 1,5 bilhão, e não de US\$ 700 a US\$ 900 milhões, como tinha sido antes divulgado.

O anúncio de que as negociações da dívida estão por ser concluídas a qualquer momento foi seguido de uma advertência: "Nas últimas três semanas, tenho estimado que poderíamos completar as negociações para o acordo preliminar dentro de uma ou duas semanas. Estamos desbravando um novo território em algumas áreas de nossas negociações, o que faz com que as previsões sejam difíceis".

Agora, diante de repórteres que lembravam que as negociações, na verdade, estavam previstas para ser encerradas em janeiro, William Rhodes comentaria que houve troca de ministros e também do time brasileiro de negociações.

O embaixador do Brasil, Marcílio Marques Moreira, abriu a sessão de ontem, no seminário promovido pelo Conselho das Américas, com uma "abordagem biquini", como ele disse. Isto significa, como foi explicado no dia anterior por um representante brasileiro da IBM latino-americana, "falar pouco, cobrindo o essencial". Ele explicou a nova estratégia brasileira, destacando seus quatro pontos essenciais: 1) superar a inflação, pelo controle do déficit público, que baixará de 7,4% do PIB para 4, passando para 2% em 1989 e 1% em 1990, zerando depois; 2) normalizar as relações com a comunidade internacional; 3) repensar o papel do Estado; e 4) preparar o país para a modernidade.

O novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, falou também do futuro, fechando o seminário: para ele, o BID deverá desempenhar um papel mais importante na solução dos problemas da dívida.

Os principais pontos já acertados com os credores

Estes são, segundo William Rhodes, os pontos já acertados entre o Brasil e os bancos credores:

— A maior reprogramação da história da dívida, cobrindo US\$ 62 bilhões da dívida bancária de médio e longo prazos, com vencimento até 1993. Esse montante será reprogramado para vinte anos, com oito de carência no pagamento do principal.

— Spread de 13/16, com uma comissão de até 3/8 (0,375%) para estimular a participação prévia.

— Novos créditos de US\$ 5,2 bilhões para ajudar a cobrir o pagamento de juros de 1987, 88 e do primeiro semestre de 89.

— Facilidades comerciais a longo prazo, conversões da dívida em capital de risco, reempréstimos, bônus de dinheiro novo e bôn-

nus de saída fariam parte também do acordo, mas ainda estão em estudos.

— Finalmente, uma participação do Banco Mundial mais significativa, a maior de qualquer pacote financeiro desde o negociado com o México em 1986. Essa participação se dará tanto através de um co-financiamento substancial como de um financiamento paralelo.

ENTENDA